

Baker apóia “securitização” e Bresser aplaude

Washington — AP

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — O secretário do Tesouro americano James Baker III endossou ontem, pela primeira vez publicamente, a conversão da dívida em títulos (securitização). A declaração de Baker foi saudada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, como a primeira vitória da difícil campanha empreendida pelo governo brasileiro a fim de usar esses títulos para reduzir a dívida externa. “As idéias que o Brasil apresentou estão sendo aceitas, cooptadas e integradas ao sistema. Isso é bom porque nós podemos ter iniciativas, mas eles é que controlam o sistema”, afirmou.

O ministro da Fazenda disse que o próximo passo será incluir esses títulos no acordo que o Brasil começou a negociar com os bancos credores na semana passada. Ele reconheceu que os bancos ainda estão confusos diante da idéia desses títulos e que serão necessárias longas negociações para concluí-lo.

O próximo encontro com os bancos credores será realizado amanhã de manhã, em Nova Iorque. Bresser informou que inicialmente o Brasil pretende explicar as razões pelas quais precisa de 10 bilhões de dólares adicionais de empréstimos dos bancos para reduzir a carga de juros que o país deve pagar de 1987 até 1989. Ele explicou que os bancos parecem dispostos a estender novos créditos para o Brasil pagar juros a eles próprios, mas não querem dar qualquer dinheiro a fim de que o país pague seus compromissos com entidades como o Banco Mundial ou o FMI. Os credores acham também que as projeções de superávit da balança comercial são modestas demais levando em conta a grande capacidade da economia brasileira.

O ministro explicou que presidentes de bancos com quem se encontrou nos últimos dias na capital americana afirmaram que só estão dispostos a emprestar o mínimo possível ao Brasil porque cada dólar que dão em créditos ao país sofre um deságio de quase 50%.

Apesar do otimismo demonstrado tanto por Bresser quanto por seus assessores a respeito dessas negociações, os bancos continuam demonstrando grande resistência às propostas brasileiras. O maior credor privado do



Bresser fez um discurso em nome dos latino-americanos

país, o Citibank, já anunciou que não gostou delas, não quer sequer discuti-las e vai apresentar uma contraproposta. William Butcher, presidente de outro grande credor particular do país, o Chase Manhattan, disse ao jornal inglês *Financial Times* que “a proposta não proporciona uma base para negociações”.

Mas o ministro da Fazenda deixou claro que o Brasil insistirá em sua proposta, afirmando que quanto melhor for explicada em seus detalhes, mais ela será entendida e aceita pelos credores. Bresser Pereira demonstrou preocupação com o debate intenso das negociações pela imprensa, temendo que isso torne os dois lados mais enrijecidos e um acordo fique mais difícil. “Muito falatório atrapalha negociações”, disse ele. Para criar um clima “amável” nas discussões em Nova Iorque, ele acrescentou que “espero que a imprensa deixe o Fernão Bracher em paz e que ele fale pouco”, afirmou o ministro, referindo-se ao ex-presidente do Banco Central que ficará encarregado das negociações.

Segundo Bresser, Bracher ficará encarregado de conseguir termos melhores para o Brasil no novo acordo do que os obtidos pelo México, Argentina e Filipinas. Esses três países reduziram os *spreads* (adicional de risco cobrado acima da taxa flutuante de juros Libor) a 0,81% e aumentaram o prazo de pagamento da dívida para 19 e 20 anos. O governo Sarney não quer pagar nenhum *spread* mas não esclareceu ainda os prazos que deseja.